



Generalitat
de Catalunya

Processo participativo para a elaboração do Plano Diretor de Cooperação para o Desenvolvimento 2023- 2026

Relatório de resultados da sessão

Sessão com atores de Moçambique

En línia 25 de setembro

participa.gencat.cat

Unidade que promove o Plano diretor

Direcció General de Cooperació al Desenvolupament

Unidade que acompanha

Direcció General de Participació Ciutadana, Processos Electorals i Qualitat Democràtica

Unidade que escreve o Plano diretor

Direcció General de Cooperació al Desenvolupament

Conteúdo

1. Introdução.....	4
1.1 Antecedentes e contexto	4
1.2 Objetivos do processo participativo	4
1.3 Eixo do processo participativo.....	5
2. Participação.....	6
3. Contribuições.....	7

1. Introdução

A cooperação para o desenvolvimento é uma política fundamental para demonstrar e tornar efetivo o compromisso e a responsabilidade da Catalunha com o desenvolvimento humano sustentável, a paz, os direitos humanos e o enfrentamento dos desafios globais. De acordo com a Lei 26/2001, de cooperação para o desenvolvimento, a política de cooperação para o desenvolvimento da Generalitat de Catalunya tem como principal documento de orientação estratégica o Plano Diretor, que é elaborado a cada quatro anos. O Plano Diretor estabelece as áreas de ação, os objetivos a serem alcançados, as prioridades de orientação geográfica e a previsão dos recursos da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) da Generalitat de Catalunya para o quadriênio. Inclui também os instrumentos e abordagens de trabalho da política de cooperação para o desenvolvimento e a coordenação, apoio e articulação com o conjunto de atores da cooperação catalã que participam e contribuem para o seu desenvolvimento. A formulação do Plano Diretor corresponde à Direção Geral de Cooperação para o Desenvolvimento (DGCD) do Departamento de Ação Externa e Governo Aberto, e deve basear-se em um amplo processo de estudo, informação, consulta e participação e na avaliação da experiência anterior. O ministro do Departamento de Ação Externa e Governo Aberto deve apresentar o projeto do Plano diretor ao Governo para que possa ser enviado ao Parlamento, ao qual compete a sua aprovação

1.1 Antecedentes e contexto

Este ano termina o período de vigência do Plano Diretor de cooperação para o desenvolvimento 2019-2022, e a DGCD iniciou o processo de elaboração do novo Plano Diretor para o quadriênio 2023-2026. De acordo com a Lei 26/2001, foi desenhado um amplo processo de informação e participação de todos os agentes de cooperação interessados, para o qual contamos com o apoio da Direção Geral de Participação, Processos Eleitorais e Qualidade Democrática (DG Participação), da Departamento de Ação Externa e Governo Aberto.

1.2 Objetivos do processo participativo

Os objetivos gerais do processo participativo são os seguintes:

- ➔ Apoiar um Plano Diretor de qualidade, que promova uma política de cooperação para o desenvolvimento efetiva e com impacto.
- ➔ Assegurar a máxima apropriação do Plano Diretor pelos atores da cooperação catalã.
- ➔ Fortalecer o relacionamento e o intercâmbio com os agentes envolvidos na política de cooperação para o desenvolvimento.

Os objetivos específicos do processo participativo são os seguintes:

- Ter um diagnóstico da situação atual, a partir da avaliação do desenho e implementação do Plano Diretor 2019-2022, enriquecido com as contribuições dos atores da cooperação catalã.
- Recolher propostas para melhorar e enriquecer o Plano Diretor de Cooperação para o Desenvolvimento 2023-2026.
- Dar voz a todos os atores envolvidos nas principais diretrizes da política de cooperação para o desenvolvimento da Generalitat.

1.3 Eixo do processo participativo

O processo participativo visa recolher propostas em relação aos seguintes eixos e temas de debate:

Eixo 1. Prioridades estratégicas

Tema 1. Desenvolvimento: Prioridades setoriais e geográficas

Tema 2. Ação humanitária

Tema 3. Educação para o Desenvolvimento

Tema 4. Desafios do desenvolvimento global

Eixo 2. Participação de agentes, alianças-chave e ferramentas.

Tema 5. Governança do sistema: participação e articulação dos atores

Tema 6. Agentes, principais alianças e instrumentos

Eixo 3. Uma cooperação transformadora e com impacto.

Tema 7. Incorporação da perspectiva e liderança de atores do Sul Global

Tema 8. Cooperação baseada em pesquisa e conhecimento

Eixo 4. Desenho e acompanhamento do Plano Diretor (eixo de debate apenas para a fase de diagnóstico)

2. Participação

2.1 Lista dos participantes da sessão

Segue abaixo a lista de entidades participantes da sessão

Lista dos participantes da sessão

# participantes	Nome da organização
1	Direção Nacional de Género
2	Direção Provincial de Género, Criança e Ação Social de Inhambane
3	Direção Provincial de Saúde de Inhambane
4	Fórum Mulher
6	UNAC

3. Contribuições

O objectivo da sessão com os actores moçambicanos foi recolher propostas concretas sobre como avançar para um maior equilíbrio nas relações com os países e territórios parceiros da cooperação da Generalitat de Catalunya.

Para facilitar o debate e a recolha de propostas, a sessão foi estruturada em torno de três questões. Abaixo estão as contribuições dos atores da sessão em relação às três questões levantadas, bem como uma seção adicional com contribuições sobre outras questões.

Quais são as abordagens apropriadas para lidar com os desequilíbrios de poder na cooperação ao desenvolvimento?

1. Estabelecer relações de confiança e proximidade.

Como melhorar o alinhamento da cooperação da Catalunha com as prioridades, realidades, visões, procedimentos e sistemas de Moçambique?

2. Alinhamento com os tempos de planeamento tanto ao nível do Governo como da sociedade civil (alinhamento com os seus planos anuais, ou seja, que os subsídios da Generalitat entrem em vigor no início do ano).
3. Considerar o ciclo de planeamento municipal e provincial e não apenas o estadual.
4. Maior alinhamento temporal com organizações sociais (projetos de 4/5 anos).
5. Ao nível das ferramentas, propõe-se que haja mais “parceria” entre o governo e a sociedade civil em Moçambique.
6. Diversificar os fundos para outras entidades - nível provincial - e para outras regiões (Cabo Delgado e Norte do País).
7. Adaptação e acessibilidade das ferramentas para grupos vulneráveis (por exemplo, jovens) ou com poucas possibilidades de acesso a recursos.
8. Facilitar o acesso a instrumentos de cooperação para grupos e entidades menos sólidos, mas que fazem um bom trabalho e não têm acesso a nenhum tipo de apoio.
9. Dar maior visibilidade às ações conjuntas.

Onde você acha que é uma prioridade avançar nessa mudança?

10. Manter esse grau de proximidade, não nos limitando a ser um financiador, mas sim um parceiro.
11. Manter a presença do representante da ACCD em Moçambique.
12. Promover relações e ações tripartidas – Sociedade Civil Moçambicana, Governo Moçambicano, ACCD (incluindo ações de mobilidade).
13. Realizar reuniões de acompanhamento com todos os atores.

Outras contribuições:

14. Atender às demandas/propostas dos parceiros.